



REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A
Companhia aberta - em recuperação judicial

CNPJ/MF n° 33.412.081/0001-96
NIRE 33.300128514

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA
EM
30 DE ABRIL DE 2025

A Administração da **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia" ou "Refit") encaminha a presente Proposta da Administração ("Proposta" ou "Proposta da Administração") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada presencialmente, em 30 de abril de 2025 ("Assembleia"), em observância ao disposto da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM n.ºs 59/21 e 204/24.

ÍNDICE

I - MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA:

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;

(ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado

integralmente à conta de prejuízos acumulados; e

(iii) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2025.

II- ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A Companhia deixa de apresentar o Anexo A (Destinação do Lucro Líquido) da Resolução CVM nº 81/22, em razão de ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme decisão do Colegiado de 27.09.2011 (Processo CVM RJ2010/14687).

ANEXO II: REMUNERACAO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Senhores Acionistas,

A Refinaria de Petróleos de Mangueiras S.A. - Em recuperação judicial - com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código RPMG3, sendo controlada pela Xoroque Participações S.A., companhia de capital fechado, vem apresentar a V.Sas. a presente Proposta da Administração, a ser submetida à deliberação pelos acionistas reunidos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, em 30 de abril de 2025, às 14:00, respectivamente, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Considerando os termos do artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº81/22, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM n.ºs 59/21 e 204/24 ("Resolução CVM nº 81/22"), a Refit esclarece que a Assembleia, ora convocada, será realizada na forma exclusivamente presencial por melhor atender a nossa ampla base de acionistas residentes no município do Rio de Janeiro e pela redução de custos que este formato confere à Companhia diante da sua condição de Recuperanda, cujo processo de Recuperação Judicial tramita perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, já divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no *website* de Relações com Investidores (www.refit.com.br/ri), foram elaboradas em conformidade com as normas e padrões contábeis e de acordo com as rotinas e procedimentos internos usuais da Companhia, e, serão publicadas no Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal).

Adicionalmente, para a adequada análise e ponderação dos acionistas sobre as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores, nos termos do inciso III do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, são disponibilizados os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2024, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, alterado pela Resolução CVM nº 59/21.

Observa-se, ainda, que a empresa, Inforcont Auditores Independentes emitiu o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com as seguintes modificações:

Opinião com ressalva¹

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos

¹ Por favor verificar anexo I para maiores detalhes sobre a opinião com ressalva do Auditor

de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Observado o disposto acima, a administração acredita que as Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentam de forma adequada, nesta data, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, propõe aos acionistas a sua aprovação na AGO.

(ii) - Consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 1.041.118.962,52 (um bilhão, quarenta e um milhões, cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), não há lucros relativos a este exercício social a serem distribuídos aos Acionistas.

A Administração da Companhia informa que, em função do resultado apurado, (i) não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, conforme autorizado pela decisão do Órgão Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687); e (ii) tendo em vista que não haverá retenção de lucros, a Administração não apresentará a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025.

(iii) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2025.

A Administração propõe à Assembleia Geral aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) para o exercício social de 2025 (janeiro a dezembro) no montante máximo de R\$ 2.877.474,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), já incluídos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos Administradores, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A. As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para 2025, conforme estabelecido pelo artigo 13 da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se dispostas no Anexo II desta Proposta, no qual constam as informações enumeradas no item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 59/21.



Por fim, a administração esclarece que as propostas acima expostas, constantes do edital de convocação da

AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A - em

Recuperação Judicial

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

ANEXO I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

Data-Base: 31/12/2024

(Conforme item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22)

Atendendo ao disposto no artigo 10, incisos I, II, IV, V, e parágrafo único, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22, de 29/03/2022, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP do exercício findo em 31/12/2024, foram arquivados no website da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no website de relações com investidores (www.refit.com.br/ri), em 31 de março de 2025, e serão publicados no jornal Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal) em 1º de abril de 2025.

Atendendo ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, a Companhia apresenta o presente item 2, do Formulário de Referência:

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em virtude do Decreto nº 43.892, de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, nº 3.141, Rio de Janeiro - RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

b. Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL			
(em milhares de Reais)	2024	2023	2022
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo Não Circulante)	15.205.318	11.444.752	9.536.476
Passivo à descoberto	(6.512.155)	(5.470.881)	(4.491.672)
PASSIVO TOTAL	8.693.163	5.973.871	5.044.804

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado, posteriormente, em assembleia de credores realizada, em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, o qual a Companhia recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve, em julgamento final realizado em agosto de 2020, sentença favorável garantindo à Refit a posse do imóvel onde se situa seu parque industrial; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal.

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

Apesar do cenário acima descrito a Companhia reitera que mantém adimplente todos os compromissos assumidos junto a credores da Recuperação Judicial e parcelamento de impostos federais, estaduais e municipais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia para o exercício social de 2024 não contraiu nenhum tipo de financiamento e/ou linha de crédito com instituições financeiras. Para o investimento em ativo não circulante, para o exercício social de 2024, a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide comentário em 2.1 (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Conforme já mencionado no item 2.1 (d), a Companhia não se utilizou de financiamento junto às instituições financeiras, conforme evidencia-se no quadro abaixo. Cabe mencionar, ainda, que todos os investimentos realizados em ativo não circulante foram feitos com recursos próprios (fluxo de caixa).

Descrição (em milhares de reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Contrato de Mútuo (R\$)	-	-	-
Circulante (R\$)	-	-	-
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Não circulante (R\$)	-	-	-
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	-	-	-
Total do Ativo (R\$)	8.693.163	5.973.871	5.044.804
Total do Endividamento Financeiro (%)	0,00%	0,00%	0,00%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia, para o último exercício social, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Para o exercício social de 2024 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia para o exercício social de 2024 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

g. Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia para o exercício social de 2024 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os Diretores da Companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras consolidadas estão refletidas nos comentários abaixo depois do balanço patrimonial.



Balanço Patrimonial Consolidado

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	2024 x 2023		2023 x 2022	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	93.092	6	1.011	93.086	1551433%	(1.005)	-99%
Contas a receber	2.211.687	443.889	539.748	1.767.798	398%	(95.859)	-18%
Estoques	2.265.181	2.005.750	2.352.793	259.431	13%	(347.043)	-15%
Adiantamento a fornecedores	15.466	3.749	5.976	11.717	313%	(2.227)	-37%
Partes relacionadas	3.546.165	3.108.961	1.617.449	437.204	14%	1.491.512	92%
Impostos a recuperar	114.298	1.302	136.554	112.996	8679%	(135.252)	-99%
Outros ativos	22.609	16.839	31.599	5.770	34%	(14.760)	-47%
	8.268.498	5.580.496	4.685.130	2.688.002	48%	895.366	19%
Não circulante							
Depósitos judiciais	10.302	9.703	14.538	599	6%	(4.835)	-33%
Partes relacionadas	-	-	-	-	0%	-	0%
Imobilizado	406.767	376.438	330.111	30.329	8%	46.327	14%
Intangível	7.596	7.234	15.025	362	5%	(7.791)	-52%
	424.665	393.375	359.674	31.290	8%	33.701	9%
Total do ativo	8.693.163	5.973.871	5.044.804	2.719.292	46%	929.067	18%
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	109.159	129.408	264.914	(20.249)	-16%	(135.506)	-51%
Obrigações tributárias	9.847.038	10.423.324	8.645.895	(576.286)	-6%	1.777.429	21%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15.767	12.753	9.414	3.014	24%	3.339	35%
Adiantamento de Clientes	235	3.575	2.906	(3.340)	-93%	669	23%
Outras contas a pagar	103.953	5.078	8.160	98.875	1947%	(3.082)	-38%
	10.076.152	10.574.138	8.931.289	(497.986)	-5%	1.642.849	18%
Não circulante							
Arrendamentos a pagar	2.756	1.108	500	1.648	149%	608	122%
Fornecedores	16.777	17.084	18.807	(307)	-2%	(1.723)	-9%
Partes relacionadas	4.669.230	409.755	284.870	4.259.475	1040%	124.885	44%
Obrigações tributárias	440.403	442.667	301.010	(2.264)	-1%	141.657	47%
Provisões para demandas administrativas e judiciais	-	-	-	-	0%	-	0%
	5.129.166	870.614	605.187	4.258.552	489%	265.427	44%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)							
Capital social	208.714	208.714	208.714	-	0%	-	0%
Reservas de capital	19.752	19.752	19.752	-	0%	-	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	8.384	18.604	(8.384)	-100%	(10.220)	-55%
Prejuízos acumulados	(6.738.432)	(5.705.697)	(4.736.854)	(1.032.735)	18%	(968.843)	20%
(-) Ações em tesouraria	(224)	(224)	(224)	-	0%	-	0%
	(6.510.190)	(5.469.071)	(4.490.008)	(1.041.119)	19%	(979.063)	22%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - controladores							
Participação de não controladores	(1.965)	(1.810)	(1.664)	(155)	9%	(146)	9%
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(6.512.155)	(5.470.881)	(4.491.672)	(1.041.274)	19%	(979.209)	22%
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	8.693.163	5.973.871	5.044.804	2.719.292	46%	929.067	18%

Exercício Social de 2024 x Exercício Social de 2023

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que, apesar do aumento significativo das vendas no exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 15), o qual gerou um saldo maior de valores a receber, a Administração da Companhia tem se empenhado em manter os recebíveis junto aos seus clientes sem atraso. Isso visa assegurar o fluxo de caixa das operações, de modo a garantir o cumprimento das obrigações junto a fornecedores, o pagamento dos impostos gerados na operação e a regularidade dos parcelamentos vigentes. Ao final do exercício de 2024, não havia títulos vencidos na carteira de recebíveis.

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. O incremento observado, em 2024, na Receita Líquida foi totalmente recebido e, conseqüentemente, elevou o caixa atrelado às partes relacionadas, por isso, a elevação de 14% comparado a 2023 (vide nota explicativa nº 7.1).

Variação Caixa:

A rubrica refere-se ao caixa da Companhia e de suas controladas. Em 2024, observou-se um aumento exponencial na Receita Líquida, impulsionado principalmente pelo crescimento das vendas. Esse aumento foi amplamente devido à estratégia comercial eficiente, que resultou não apenas no aumento das vendas, mas também no recebimento dos valores dentro dos prazos estabelecidos. Com isso, houve uma entrada de recursos significativa e regular, o que impactou diretamente o saldo do caixa da Companhia.

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 8% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta (vide nota explicativa nº 09).

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

A redução nesta rubrica é explicada pelo fato de que os insumos utilizados na produção precisam ser pagos de forma antecipada junto aos seus fornecedores (vide nota explicativa nº 10). Por esse motivo, o saldo com insumos é garantido pelo valor adiantado, não gerando passivo relacionado a insumos com vencimentos futuros.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica.



Exercício Social de 2023 x Exercício Social de 2022

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores ressaltam que, apesar do expressivo aumento nas vendas no exercício de 2023 (vide nota explicativa nº 15), a Administração da Companhia tem se empenhado em assegurar que os valores a receber de seus clientes sejam mantidos em dia, sem atrasos. Esse esforço visa garantir o fluxo de caixa das operações, de modo a cumprir pontualmente as obrigações com fornecedores, os impostos gerados pela atividade e os parcelamentos em andamento. Ao final de 2023, não havia títulos vencidos na carteira de recebíveis.

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica diz respeito à gestão do fluxo de caixa operacional (contas a pagar e a receber) e ao controle de recursos da Companhia e suas controladas. O aumento observado na Receita Líquida em 2023 foi completamente recebido, resultando no crescimento do caixa relacionado às partes vinculadas, o que explica o aumento de 92% em comparação a 2022 (vide nota explicativa nº 7.1).

Variação Estoques:

A variação desta rubrica em 2023, se comparado, se deve a aquisição de matéria-prima de forma antecipada feitas em moeda estrangeira aos nossos fornecedores para utilizarmos na produção de Gasolina A, Diesel A e Óleo Diesel Marítimo (DMA), e desta forma, amenizar os impactos de compras futuras de dólares no mercado cambial em um cenário de forte variação (vide nota explicativa nº 6).

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 14% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta (vide nota explicativa nº 09).

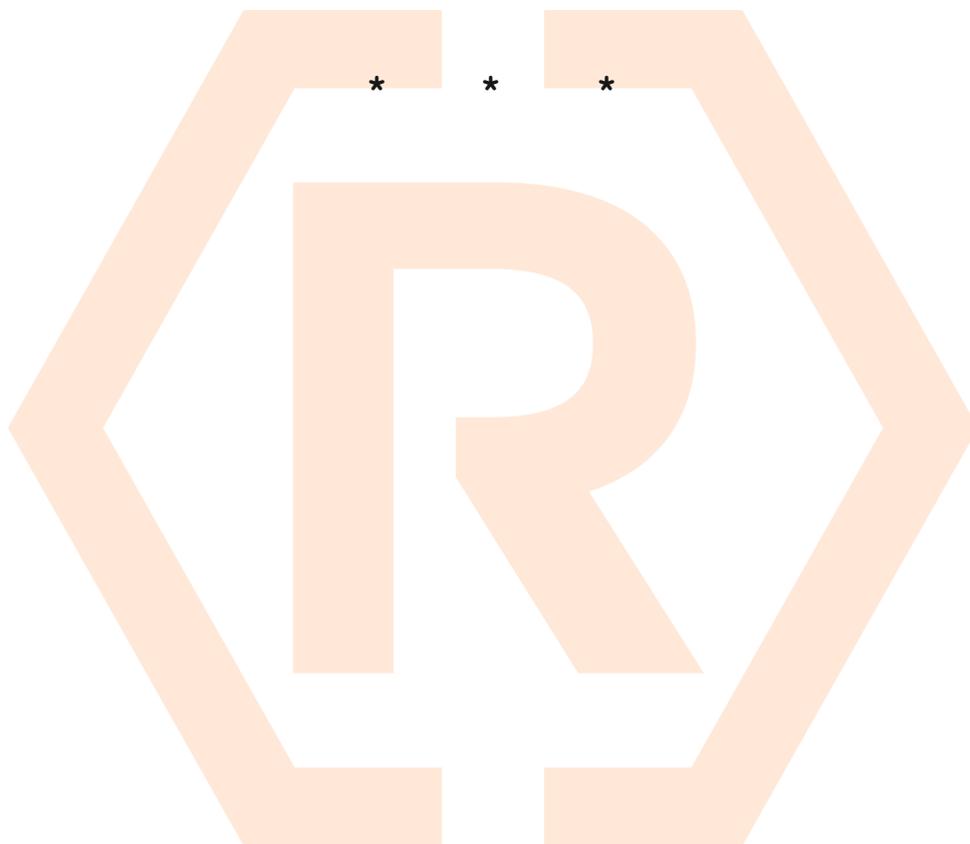
PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

A redução nesta rubrica é explicada pelo fato de que os insumos utilizados na produção precisam ser pagos de forma antecipada junto de seus fornecedores (vide nota explicativa nº 10).

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica.



2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para os exercícios sociais de 2024 e 2023 a principal fonte de receita da Companhia foi a comercialização de Gasolina A decorrente do refino de matérias-primas derivadas do petróleo, que é realizado em sua usina localizada no Rio de Janeiro.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 4.981.609 mil em 2022, R\$ 5.041.332 mil (+1%) em 2023 e R\$ 6.983.506 mil (+39%) em 2024. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio observada nos últimos anos, e na melhora e eficiência do processo de refino.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia comentam, de maneira geral, que os principais fatores que afetaram o resultado operacional nos três últimos exercícios sociais foram:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento nas despesas com importação, fortemente

afetadas pelo aumento do dólar, em um contexto de ambiente político desafiador no cenário atual.

- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas; e

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que apesar de ter autonomia em sua definição de preços, acompanha de perto a política de preços controlados e sua definição no mercado interno, haja vista que por ter pequena participação de mercado, não pode ter uma definição acima dos preços, em linha oposta aos praticados a nível nacional.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores da Companhia destacam que, devido à aquisição de insumos no mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio impactaram diretamente o custo dos produtos e serviços vendidos, o que



influenciou significativamente o resultado da Companhia no exercício de 2024. Em comparação com 2023, houve um crescimento de 34% nos custos e de 62% na receita. Já em relação a 2022, o crescimento do custo foi de 3%, enquanto a receita aumentou 6%.

Demonstração de Resultado Consolidado

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	2024 x 2023		2023 x 2022	
Receita bruta de vendas	11.620.002	7.153.637	6.772.042	4.466.365	62%	381.595	6%
Deduções da receita bruta							
Impostos incidentes sobre vendas	(4.542.219)	(2.111.105)	(1.790.433)	(2.431.114)	115%	(320.672)	18%
Devoluções e abatimentos	(94.277)	(1.188)	-	(93.089)	7836%	(1.188)	0%
Receita operacional líquida	6.983.506	5.041.332	4.981.609	1.942.174	39%	59.723	1%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(7.752.113)	(5.804.985)	(5.613.308)	(1.947.128)	34%	(191.677)	3%
						-	0
Resultado bruto	(768.607)	(763.653)	(631.699)	(4.954)	1%	(131.954)	21%
Receitas/(despesas) operacionais:							
Gerais e administrativas	(512.217)	(385.048)	(338.543)	(127.169)	33%	(46.505)	14%
Remuneração da administração	(2.732)	(2.266)	(1.775)	(466)	21%	(491)	28%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	10.308	655	6.415	9.653	1474%	(5.760)	-90%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	(1.273.248)	(1.150.312)	(965.602)	(122.936)	11%	(184.710)	19%
Resultado financeiro, líquido							
Receitas financeiras	458.351	234.709	104.201	223.642	95%	130.508	125%
Despesas financeiras	(226.377)	(63.606)	(74.551)	(162.771)	256%	10.945	-15%
	231.974	171.103	29.650	60.871	36%	141.453	477%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(1.041.274)	(979.209)	(935.952)	(62.065)	6%	(43.257)	5%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-	-	-	-	0%	-	0%
Diferido	-	-	-	-	0%	-	0%
Resultado líquido antes da participação de não controladores	(1.041.274)	(979.209)	(935.952)	(62.065)	6%	(43.257)	5%
Participação de não controladores	155	146	98	9	6%	48	49%
Prejuízo do exercício	(1.041.119)	(979.063)	(935.854)	(62.056)	6%	(43.209)	5%

* * *

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação "CPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral" na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações

industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2024.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., em

Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$9.319.490mil, referentes a obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

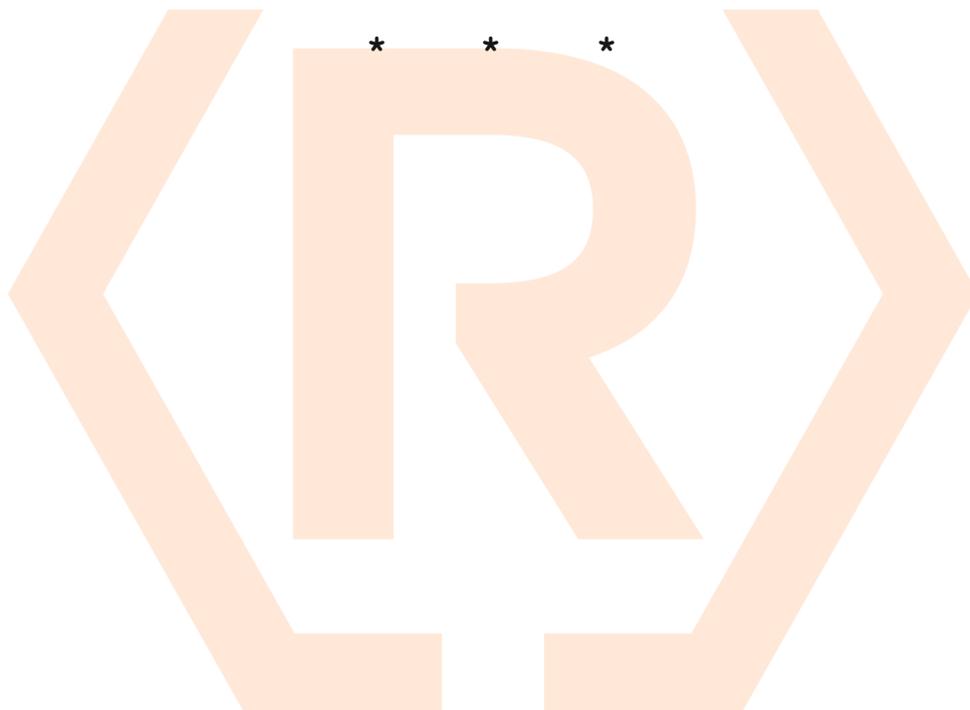
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízo de R\$1.041.119mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.816.804mil e R\$1.807.654mil na controladora e consolidado, respectivamente, demonstrando passivo a descoberto em R\$6.510.190mil e endividamento total em R\$19.482.279mil. A Administração da Companhia vem implementando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo

tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em atividade operacional.



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nenhum evento ou operação não usual da Companhia.

* * *

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições contábeis

Não se aplica à Companhia.

b. Fazer as conciliações entre valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica à Companhia.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica à Companhia.

* * *

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica à Companhia.

* * *



2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros.

De acordo com o Artigo 25 do Estatuto Social: *"Do resultado de cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda."*

O Artigo 26 do Estatuto Social menciona: *"Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá, após as deduções de que trata o artigo 25 acima, atribuir aos seus administradores e/ou empregados participação nos lucros da Companhia, observadas as limitações legais aplicáveis."*

Já o Artigo 27 do referido Estatuto, também, diz que: *"O resultado do exercício que remanescer após procedidas as deduções referidas nos artigos precedentes constituirá o lucro líquido do exercício e terá a seguinte destinação: 1) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que esta alcance 20% (vinte por cento) do capital social; 4) até a totalidade do saldo após as deduções precedentes para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, tendo por finalidade (i) reforço de capital de giro, com o objetivo de assegurar condições operacionais adequadas; (ii) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo não circulante; e (iii) lastrear operações de resgate,*

reembolso ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, nas hipóteses e condições previstas em lei."

O § 1º do Artigo 27 também versa que: *"A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido."* E o parágrafo § 2º do referido Artigo menciona: *"O saldo das reservas de lucros, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, não pode exceder o montante do capital social."*

Vale destacar que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 1.041.118.962,52 (um bilhão, quarenta e um milhões, cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), portanto, não há retenção de lucros relativos a este exercício social.

b. Regras sobre distribuição de dividendos.

O Artigo 27 do Capítulo IV do Estatuto Social diz que: *"O resultado do exercício que remanescer após procedidas as deduções referidas nos artigos precedentes constituirá o lucro líquido do exercício e terá a seguinte destinação: 3) reserva estatutária de dividendo diferido, com regras de funcionamento similares às da reserva de lucros a realizar (Art. 197, da Lei 6.404/76), para a qual será destinada a parcela do lucro líquido do exercício ainda não realizado por caixa e que a Assembleia Geral, se for o caso, decida*

distribuir como dividendo adicional aos acionistas, além do dividendo obrigatório, cujo pagamento ficará subordinado à sua realização.”

De acordo com o parágrafo § 3º do Artigo 27: *“A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, para fins de distribuição por conta do lucro anual, satisfeitos os requisitos legais, de dividendos intercalares e das participações de que trata o artigo 26. Ainda por decisão do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Dividendos intermediários e intercalares distribuídos nos termos deste artigo serão creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.”*

Ademais o parágrafo § 4º do Artigo 27, também, cita: *“Mediante deliberação do Conselho de Administração e observadas as limitações legais, a Companhia poderá pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, podendo tal pagamento, inclusive, ocorrer adicionalmente ou em lugar dos dividendos intermediários ou intercalares.”*

Vale destacar, novamente, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 1.041.118.962,52 (um bilhão, quarenta e um milhões, cento e dezoito mil, novecentos

e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), portanto, não há distribuição de dividendos relativos a este exercício social aos acionistas da Companhia.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos.

A Companhia não tem distribuído dividendos nos últimos exercícios sociais mediante a situação econômico-financeira que se instaurou, principalmente, após o Decreto Expropriatório imposto à Refinaria pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 2012.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrição especial aplicável ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que a restrinjam de distribuir dividendos, no entanto, a Companhia encontra-se em Recuperação Judicial o que torna inviável a distribuição de proventos dado a situação econômico-financeira que ela se encontra.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Refit se utiliza do Estatuto Social conforme o Capítulo IV - Artigos 24 a 27 o qual trata de "Exercício Social e Lucros". O atual Estatuto Social foi reformado e consolidado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de julho de 2023. A íntegra do atual Estatuto Social pode ser consultada na página da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em: < <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1123064> e no site de Relações com Investidores da Companhia em: < <https://refit.com.br/ri/> > .

* * *

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido e nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas no último exercício social.

* * *

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima no último exercício social.

* * *

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia esclarece que não possui um plano de negócios com um *guidance* determinado.

A companhia está investindo continuamente em projetos melhorias em sua refinaria para fazer frente aos novos desafios do mercado de combustíveis. Em 2024 a Companhia fez investimentos em melhorias e adequações em pontos específicos de sua planta de produção com vistas na revitalização de seus ativos e torna-los mais eficientes. No decorrer do ano, ocorreram:

i) finalização; comissionamento; e partida do novo trecho terrestre do duto na região portuária do Rio de Janeiro com, aproximadamente, 3.200 metros de duto. Essa implantação fornecerá mais uma opção de descarga de navios, além de prover uma maior segurança na operação de transferência e maior agilidade na manobra de descarga;

ii) finalização do projeto do novo pátio de estacionamento de carretas;

iii) finalização do projeto de aumento de capacidade da E-2004 e liberação dos órgãos reguladores (ANP);

- iv)** finalização do projeto e liberação dos órgãos reguladores (ANP) para armazenamento no tanque F201B - 22.000 m³;
- v)** finalização do projeto de implantação de uma Nova Balança Rodoviária.

Em 2024, a Companhia informa que se manteve atenta às demais necessidades de seu parque industrial acerca de manutenções com o objetivo de manter a sua capacidade produtiva e escoamento dos seus produtos. Além disso, destaca-se a Recertificação na ISO 9001 e Certificação na ISO 14001; o recorde de produção de Gasolina A - 1.289.658 m³; e o recorde de recebimento de matéria-prima e insumos no Duto - 50 navios = 1.981.678 m³."

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Em 2021, a Companhia concluiu os testes e iniciou a venda de Óleo Diesel Marítimo ("DMA") o qual é utilizado em sistemas auxiliares de geração de energia ou emergência e em motores de propulsão de embarcações de pequeno e médio porte. A partir de julho de 2021, passou a comercializar uma nova linha de combustíveis aditivados de série, denominada FIT UFC, com maior octanagem, já contemplando RON mínimo 93. A Gasolina e o Diesel são produzidos pela Refit e recebem os aditivos diretamente na origem, antes de seguirem para a distribuição.

Em 2022, a partir do 4T22, foram concluídos os testes e dado início à venda do Óleo Diesel A S-500 o qual será utilizado por pequenos e médios transportadores e indústrias de menor porte.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionados a questões ASG.

A Refit mantém-se atenta às práticas de ESG e sua aplicação na organização, agora amparado por temas materiais, fruto do processo de materialidade de impacto realizado em 2024.

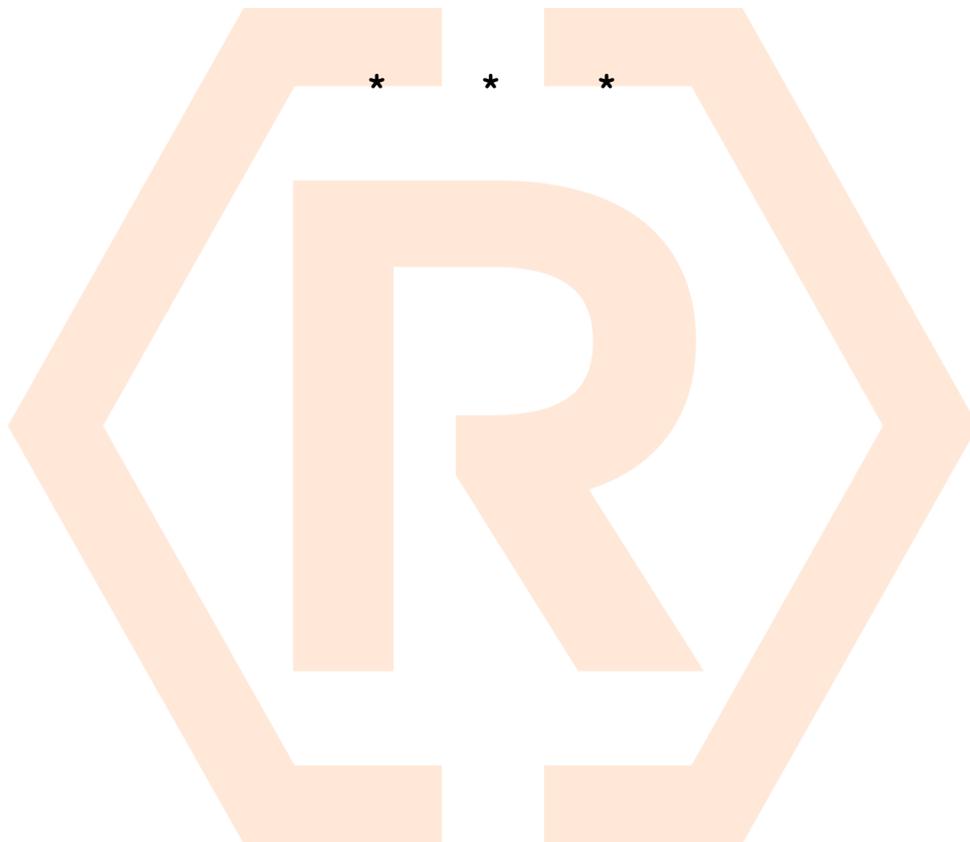
As oportunidades, considerando melhorias, adequações e a modernização do parque industrial, envolvem a previsão de novas tecnologias em projetos de tancagem, como o teto fixo e o selo flutuante interno, que reduzem as emissões evaporativas, além do fundo duplo, que previne a contaminação do solo e a perda de produto, ampliando as medidas de controle ambiental.

Além disso, seguimos nossa operação com o constante aprimoramento do uso racional dos recursos naturais e eficiência energética. Fruto mais recente desse posicionamento é o ajuste das caldeiras para uma capacidade que proporciona maior eficiência operacional, reduzindo o consumo de combustível, além da redução da emissão de gases de efeito estufa com a diminuição do uso de óleo diesel e a preferência pela utilização do gás natural. Na gestão de resíduos e efluentes, adotamos as melhores tecnologias para o tratamento e destinação final dos resíduos e finalizamos 2024 com 87% de resíduos que passaram por destinações sustentáveis como compostagem, reciclagem e coprocessamento, evitando a disposição em aterros sanitários

* * *

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.



**ANEXO II
REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES**

**(Conforme item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de
29 de março de 2022)**

A proposta da Companhia para Remuneração dos Administradores para o exercício de 2025 é de um montante máximo de R\$ 2.877.474,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).

8.0. Remuneração dos Administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da

Diretoria Estatutária (“administradores”) de acordo ao estipulado na Proposta da Administração, analisada e previamente aprovada pelo Conselho de Administração. A companhia adota como base para a definição da remuneração de seus administradores os seguintes critérios:

- I. Atrair, reter e motivar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades do negócio da Companhia;
- II. Alinhar os interesses dos membros do conselho e diretoria da Companhia às crenças de gestão e aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo;
- III. Promover práticas de remuneração atraentes, motivando a recompensa pelo desempenho, tendo em vista o alcance de metas individuais e da Companhia;
- IV. Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e, conseqüentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- V. Fornecer remuneração competitiva em relação à remuneração praticada pelo mercado.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e Comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não há participação de órgãos e comitês do emissor. Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Os critérios e metodologia para fixação da remuneração individual visam manter a competitividade frente ao mercado. Assim, periodicamente são realizadas pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando práticas da Companhia às de outras empresas do mesmo porte e segmento no mercado.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A cada dois anos o Conselho de Administração da Companhia avalia a adequação da remuneração com base em pesquisas de mercado composto por empresas de mesmo porte e segmento.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas fixas mensais ao ano (pagas sob o título de pró-labore), cujo valor é determinado tendo em vista, entre outros fatores, as responsabilidades; o tempo dedicado às funções exercidas; sua competência; responsabilidade; e a complexidade inerente ao cargo. Quando necessário, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos consistem em Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Vale-Alimentação e Estacionamento, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na composição da remuneração total, tanto para os membros do Conselho de

Administração como da Diretoria Estatutária é a seguinte:

Conselho de Administração				
	Previsto 2025	Real 2024	Real 2023	Real 2022
Salários/Pró-labore	92%	93%	93%	96%
Benefícios	8%	7%	7%	4%
Diretoria Estatutária				
Salários/Pró-labore	97%	97%	97%	99%
Benefícios	3%	3%	3%	1%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste; e**

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando suas práticas às de outras empresas do mesmo porte, setor e referência no mercado.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Os principais indicadores de desempenho que a Companhia adota são indicadores de: i) faturamento Bruto; ii) volume produzido; e iii) vendas.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração.

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária visa a atrair e reter profissionais,

garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A companhia não teve nenhum membro de sua administração não remunerado para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou coligadas.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há remuneração ou qualquer tipo de benefício vinculado a ocorrência de evento societário.

* * *

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, preencher tabela abaixo:

Conselho de Administração				
R\$	Previsto 2025	Real 2024	Real 2023	Real 2022
Nº de membros	6	5,92	4,5	3
Nº de membros remunerados	6	5,92	4,5	3
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	1.318.271	1.240.793	888.399	666.798
Benefícios	121.982	88.088	70.647	22.888
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações				
Plano de Stock Options	-	-	-	-
Total	1.440.253	1.328.881	959.046	689.686
Diretoria Estatutária				
R\$	Previsto 2025	Real 2024	Real 2023	Real 2022
Nº de membros	3	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	1.394.446	1.330.197	1.271.456	1.070.587
Benefícios	42.775	39.752	35.979	14.727
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações				
Plano de Stock Options	-	-	-	-
Total	1.437.221	1.369.949	1.307.435	1.085.314

Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a Assembleia Geral que eleger seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal.

* * *

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;
- e. Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido ao resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica, uma vez que as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são fixas.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais;
- b. Data de aprovação e órgão responsável;
- c. Número máximo de ações abrangidas;
- d. Número máximo de opções a serem outorgadas;
- e. Condições de aquisição de ações;
- f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício;
- h. Forma de liquidação;
- i. Restrições à transferência das ações;
- j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social;
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social;
 - iii. exercidas durante o exercício social.
- e. Diluição potencial em caso do exercício de todas as opções em aberto.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações sob a forma de opções nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

* * *

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Data de outorga;
- e. Quantidade de opções outorgadas;
- f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis;
- g. Prazo máximo para exercício das opções;
- h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções;
- i. Valor justo das opções na data da outorga;
- j. Multiplicação da quantidade ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

A Companhia não praticou outorga de compra de ações ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:
 - i. Quantidade;
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis;
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações;
 - v. Preço médio ponderado de exercício;
 - vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
- e. Em relação às opções exercíveis:
 - i. Quantidade;
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações;
 - iv. Preço médio ponderado de exercício;
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
 - vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em opções nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal adoção para o exercício social vigente.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Número de ações;
- e. Preço médio ponderado do exercício;
- f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas;
- g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em opções nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal adoção para o exercício social vigente.

* * *

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social vigente

* * *

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Data de outorga;
- e. Quantidade de ações outorgadas;
- f. Prazo máximo para entrega das ações;
- g. Prazo de restrição à transferência das ações;
- h. Valor justo das ações na data da outorga;
- i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

A Companhia não praticou outorga de compra de ações ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente

* * *

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Número de ações;
- e. Preço médio ponderado de aquisição;
- f. Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas;
- g. Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação;
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão.

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2024		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	68.130	0,10%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2023		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	38.112	0,05%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2022		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	25.302	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Não há outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidos por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.14. Em relação aos Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Nome do plano;
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f. Condições para se aposentar antecipadamente;
- g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, a remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Diretoria Estatutária				
R\$	Previsto 2025	Real 2024	Real 2023	Real 2022
No. de Membros	3	3	3	3
No. de Membros Remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	382.929	365.286	349.155	359.869
Menor Remuneração	307.383	293.221	280.272	231.698
Remuneração Média	348.611	332.549	317.864	267.646

Conselho de Administração				
R\$	Previsto 2025	Real 2024	Real 2023	Real 2022
No. de Membros	6	5,92	4,5	3
No. de Membros Remunerados	6	5,92	4,5	3
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	265.409	253.180	217.000	231.698
Menor Remuneração	210.572	200.870	192.000	180.000
Remuneração Média	219.712	209.593	200.333	197.232

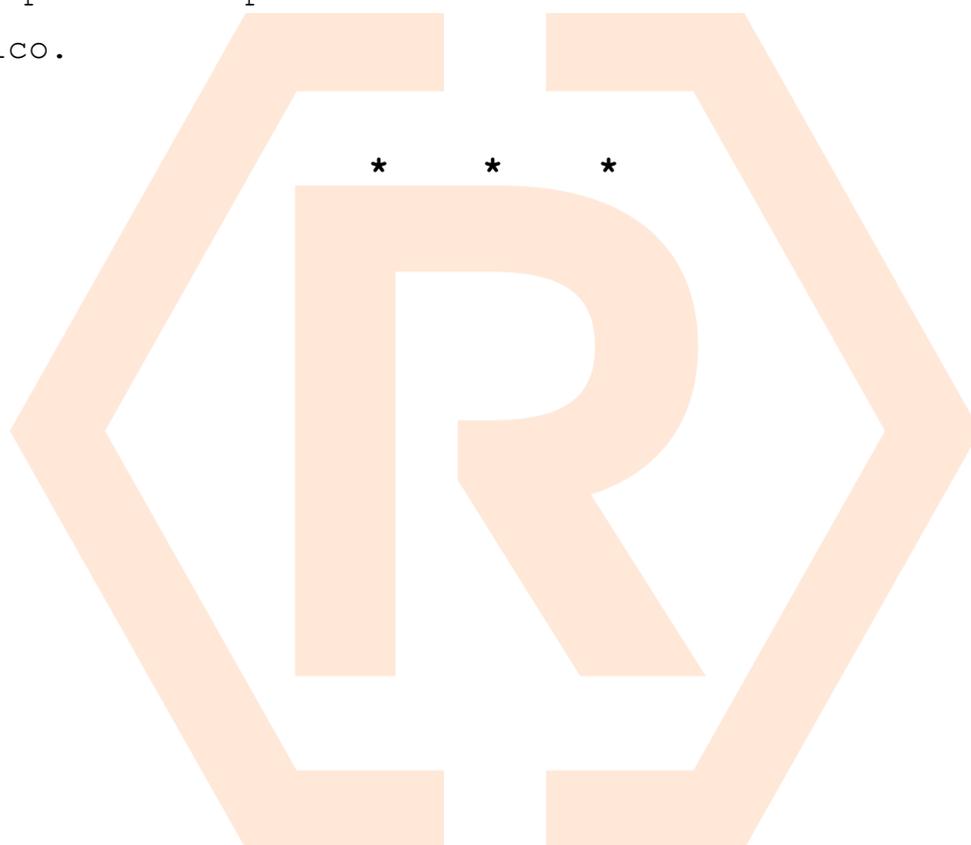
Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a assembleia geral que eleger seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal.

* * *

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia não possui os instrumentos mencionados neste tópico.



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

* * *

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de qualquer valor para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a remuneração pela função que ocupam.

* * *

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum ou controladas da Companhia a título de remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

* * *

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre a remuneração dos administradores.

* * *

